



Margem

Informativo das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão dos Territórios 01 (Rio Casca e Adjacências) e 02 (Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento)



EDITORIAL

Há quase nove anos, a busca por uma reparação justa e digna dos danos sofridos em razão do rompimento da barragem de de Fundão faz parte da rotina das pessoas que vivem nas comunidades atingidas dos Territórios Rio Casca e Adjacências (T01) e Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento (T02).

De lá pra cá, uma importante conquista foi o direito à Assessoria Técnica Independente, que tem, entre os diversos objetivos, garantir que as pessoas atingidas tenham uma participação ativa e informada. É direito das pessoas atingidas serem assessoradas por uma entidade por elas escolhida, cujo papel principal é prestar um serviço de qualidade e de confiança, em busca da justa Reparação dos Danos.

Por isso, nesta edição, reforçamos o direito à informação e, também, a importância da participação das pessoas através das atividades realizadas junto às comunidades. No informativo 02, também conheceremos mais de perto quem pisa nesta terra, sente seu calor e luta, todos os dias, pelos seus direitos e de suas comunidades na busca pela Reparação Integral dos Danos sofridos na Bacia do Rio Doce.

EXPEDIENTE

Jornalista responsável:
Tainara Torres 22555/MG

Textos:
João Carvalho, Júlia Militão, Miguel Araujo, Pedro Henrique Caldas e Tainara Torres

Diagramação/Projeto gráfico:
Miguel Araujo

Imagens:
Marcelo Rolim, Miguel Araujo, Pedro Henrique Caldas e Tainara Torres

Revisão:
Ana Paula Alves, Juliana Veloso, Gabriel Dayer Moreira e Tainara Torres

Revisão ortográfica e Copidesque:
Thalita Rody Machado

Mapa:
Mariane Roque

Coordenação de Comunicação:
Tainara Torres

Coordenação Geral:
Geisiane Lima

Coordenação de Relações Institucionais:
Lucimere Leão

Coordenação Institucional e Metodológica:
Ana Paula dos Santos Alves

Tiragem: 4.000

Cáritas Diocesana de Itabira
CNPJ: 20962437/0001-13

Endereço: Rua Padre Hildebrando de Freitas, nº135, Vila Tanque, João Monlevade/MG

Sede administrativa da Assessoria Técnica Independente
Endereço: Rua Trinta e Oito, 32. Vila dos Técnicos. Timóteo - MG.

Passados quase nove anos desde o rompimento da barragem de Fundão, o povo atingido da bacia do Rio Doce e do Litoral Norte Capixaba continua na luta por direitos. Nós, da Cáritas Diocesana de Itabira, reafirmamos nosso compromisso de estar ao lado e a serviço dessa população, sobretudo dos territórios de Rio Casca e Adjacências e Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento, onde atuamos. A busca pela Reparação Integral é permanente e acreditamos que somente poderá ser efetiva e justa se houver a participação das pessoas atingidas. O processo de consolidação das Comissões Locais Municipais e Territoriais foi muito importante para o processo de representatividade do conjunto das pessoas atingidas. Continuamos cumprindo nosso papel de assessoramento técnico e independente em todas as atividades promovidas, escutas realizadas e notas e produtos elaborados. Compreendemos que tudo isso é ferramenta para a atuação desta população na busca por justiça e reparação dos danos sofridos. Contem conosco!

Coordenação Colegiada da ATI Cáritas Diocesana de Itabira

DIÁLOGO

ATI apoia comunidades atingidas na elaboração de Projetos Comunitários

O rompimento da barragem de Fundão, em 2015, deixou marcas profundas na história das comunidades atingidas: vidas perdidas e um legado de destruição socioeconômica ao longo da Bacia do Rio Doce. Diversas atividades produtivas que garantiam a manutenção dos modos de vida na região foram e continuam sendo prejudicadas.

Na busca por impulsionar o desenvolvimento econômico e social das comunidades atingidas, a ATI prestada pela Cáritas Diocesana de Itabira tem atuado para garantir acesso à informação e apoio na elaboração de Projetos Comunitários.

A Coordenadora da Equipe de Reativação Econômica, Maria Lúcia Fernandes, explica que *“a ATI tem recebido muitas demandas referentes à elaboração de projetos para concorrer em editais de programas do Processo de Reparação. Cabe a nós, da assessoria, prestar suporte à elaboração das propostas de projetos, mas sempre dando autonomia e protagonismo aos atingidos e às atingidas. Pensando nisso, organizamos as Oficinas de Elaboração e Gestão de Projetos Comunitários, com o objetivo de apresentar ferramentas para as pessoas atingidas refletirem sobre sua realidade em comunidade e estruturarem projetos para acesso a financiamentos”*.

Em novembro de 2023, a ATI promoveu uma Roda de Diálogo para debater sobre o Edital Multiplica Rio Doce, de responsabilidade da Fundação Renova, com o objetivo de estimular a participação das pessoas atingidas dos Territórios 01 e 02. O resultado final do edital foi publicado no dia 21 de maio de 2024 e, das 30 propostas de projeto selecionadas, 09 foram de regiões assessoradas pela Cáritas Diocesana de Itabira.

Também foram produzidas cartilhas e planilhas de atendimento nos pontos de apoio para orientar as pessoas interessadas nas construções de propostas de projetos. As cartilhas estão disponíveis e podem ser acessadas em: ati.caritasitabira.org.br/.

A ATI tem realizado atividades em todos os municípios de atuação e, até o mês de julho, já foram realizadas 14 oficinas de *Elaboração e Gestão de Projetos Comunitários*, sendo, ao menos, uma oficina por município assessorado. Além disso, a ATI presta informações e orientações, cotidianamente, sobre editais e formas de acesso aos recursos disponíveis, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico das áreas atingidas.



Fotos: Tainara Torres/ Cáritas Diocesana de Itabira

Registro Familiar: um instrumento para entender a situação das pessoas e comunidades atingidas após quase nove anos do rompimento da barragem de Fundão

Atividades de aplicação do Registro Familiar tiveram início em janeiro de 2024.

A Assessoria Técnica Independente prestada pela Cáritas Diocesana de Itabira segue realizando a aplicação do Registro Familiar (RF), atividade que possibilita compreender melhor os danos sofridos e as demandas dos núcleos familiares atingidos nos dois territórios assessorados.

O mapeamento das realidades vivenciadas pelas pessoas atingidas serve para subsidiar as Instituições de Justiça, com dados estatísticos, informações sobre as necessidades das comunidades no contexto do processo de reparação e as situações atuais ao longo dos quase nove anos desde o rompimento da barragem de Fundão.

Segundo o Gerente Técnico da Cáritas Diocesana de Itabira, Gabriel Dayer Moreira, o RF tem como objetivo *“contribuir na busca*

pela efetivação dos direitos e na elaboração de medidas de reparação que considerem as especificidades e os anseios das comunidades atingidas”.

O Registro Familiar é conduzido com base em uma amostragem estatística definida em um Plano Amostral. Isso significa que a compreensão das realidades dos núcleos familiares dos Territórios 01 e 02 é assegurada por meio da aplicação de formulários a uma parte representativa das pessoas atingidas desses territórios.

A previsão é de que sejam realizadas **800 aplicações do formulário, em 61 comunidades** dos 13 municípios de atuação da ATI. Para se ter uma ideia, até o dia 29 de maio de 2024, **foram aplicados 796 formulários, em 67 localidades.**





Entenda como foi organizado o formulário de aplicação

O formulário do Registro Familiar apresenta questões organizadas de forma a obter informações a respeito de 23 temas:

Núcleo Familiar; Economia, Trabalho e Renda; Água; Enchentes; Meio ambiente; Terra e territorialidade; Acesso aos programas da Fundação Renova; Povos e Comunidades Tradicionais; Cultura e lazer; Educação; Processo de Reparação; Auxílio Financeiro Emergencial (AFE); Atendimento da Fundação Renova; Danos relacionados às obras e programas de reparação da Fundação Renova no território; Saúde e Assistência Social; Assistência Social; Segurança alimentar e nutricional; Soberania alimentar; Gênero e geração; Discriminação racial; Qualidade de vida e perspectiva de futuro; Participação Informada e Sistema de Governança; e Ausência de ATI no acompanhamento das perícias.

As aplicações ocorrem por meio de visitas aos núcleos familiares e, também, no formato de mutirão, em que o atendimento acontece com uma quantidade maior de representantes das famílias no mesmo espaço.

IMPORTANTE! O Registro Familiar *não é um cadastro para recebimento de indenizações. Os cadastros são de responsabilidade da Fundação Renova e foram declarados encerrados em 31 de dezembro de 2021. Cabe às ATIs assessorar e informar às pessoas atingidas sobre tudo o que diz respeito à reparação integral dos danos sofridos pelo rompimento da barragem de Fundão, bem como levantar informações sobre a realidade das pessoas atingidas.*

A garantia da participação popular através das Comissões Locais de Atingidos(as)



Foto: Miguel Araujo/ Caritas Diocesana de Itabira

O processo de consolidação das Comissões Locais Municipais e Territoriais de pessoas atingidas foi um passo importante na busca pela **implementação do sistema de participação apresentado pelo Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança (TAC Gov)**. As Comissões, consolidadas em 2023, têm o papel de protagonistas na representação do conjunto de atingidos e atingidas na Bacia do Rio Doce e nos Territórios 01 (Rio Casca e Adjacências) e 02 (Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento).

É dever desses representantes atuar na busca pelos direitos das pessoas atingidas no processo de reparação da Bacia do Rio Doce. Através das Comissões Locais, por meio da auto-organização das comunidades, as pessoas atingidas podem apresentar suas demandas e seus questionamentos, além de atuar na construção, execução e avaliação do que tem sido feito pela reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Relembre como foi a formação das Comissões Locais de Atingidos(as)

Com o objetivo de efetivar as instâncias de participação previstas no Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança (TAC Gov), entre os meses de setembro e outubro de 2023, a ATI realizou 48 atividades com as pessoas atingidas dos Territórios 01 e 02, entre reuniões ampliadas, reuniões virtuais, assembleias municipais e territoriais. Assim, foi construído, votado e aprovado o regimento interno para a formação das Comissões de Atingidos(as) municipais e territoriais.

Comissões Locais Territoriais

Entre os meses de dezembro de 2023 a janeiro de 2024, a ATI realizou dois módulos de formação com as Comissões Locais Territoriais, em que houve um resgate histórico de todo o processo judicial, extrajudicial e demais informações do contexto da reparação.

Também foi realizada uma formação sobre o Controle Social, como uma das responsabilidades dos membros das Comissões. Nesse espaço, foi pontuado que o acompanhamento do trabalho da ATI é parte desse exercício do Controle.

O Controle Social, o envolvimento e a atuação ativa das Comissões Locais são importantes na luta pela reparação integral de todos os danos sofridos desde o rompimento da barragem de Fundão.

As Comissões Locais tiveram acesso à prestação de contas financeira/contábil do projeto, às informações sobre a execução das atividades da ATI e ao processo de realização da auditoria externa independente, além de terem sido ouvidas pelos auditores.

As Comissões Locais Territoriais enviaram, em abril, ofícios para Instituições de Justiça, acompanhados de uma Nota Técnica da ATI que apresentava as principais demandas das pessoas atingidas dos Territórios 01 e 02. Em seguida houve uma reunião presencial das duas Comissões com as IJs, no final de maio, em que foram apresentadas as reflexões e demandas dos territórios que necessitam de atenção e empenho das Instituições no processo de reparação. Ainda em abril, foi solicitada reunião com representantes da Ouvidoria e da Renova para tratar da implementação dos programas da reparação nesses territórios, que ainda aguarda agendamento.

Comissões Locais Municipais

Nas primeiras reuniões, em dezembro de 2023, a ATI apresentou o contexto do processo de consolidação das Comissões e repassou as últimas informações sobre o processo de repactuação.

Uma demanda constante das pessoas atingidas diz respeito à compreensão sobre os recursos financeiros do processo de reparação recebidos pelas prefeituras municipais. Por essa razão, a ATI apoiou a elaboração de ofícios, que

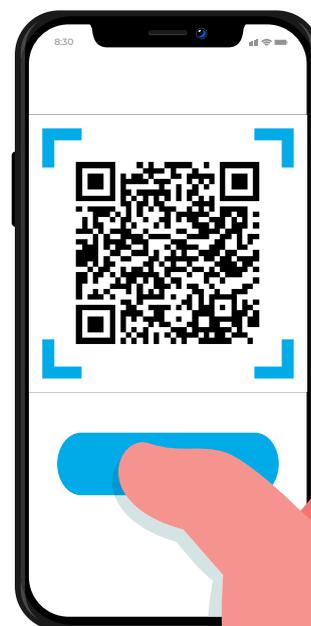
foram encaminhados, por membros das Comissões, às respectivas prefeituras municipais, com os dados informados pelo site “Transparência”, da Fundação Renova, e solicitou que as prefeituras informem sobre como os recursos têm sido utilizados.

Além disso, a ATI tem apresentado informações atualizadas sobre o andamento dos programas e processos de repactuação, decisões judiciais e informações sobre eixos prioritários no processo judicial e, também, sobre o processo judicial na Inglaterra.

As Comissões Territoriais e Municipais receberam, ainda, informações sobre o Registro Familiar nos Territórios 01 e 02.

Nos meses de abril e maio, a Cáritas Diocesana de Itabira realizou o primeiro ciclo de Oficinas de Comunicadores Populares com as Comissões sobre as fake news e o uso do e-mail como um importante instrumento de comunicação.

Atendendo às solicitações das Comissões Locais Municipais e Territoriais, a Cáritas Diocesana de Itabira vem apoiando a construção de documentos que foram enviados às IJs e prefeituras municipais em 2024. Confira no site através do QR Code:



Atividades realizadas até o quinto trimestre alcançam quase 15 mil participações de pessoas atingidas

Os Espaços Participativos promovidos pela ATI prestada pela Cáritas Diocesana de Itabira ocorrem em formato de assembleias, reuniões ampliadas, rodas de diálogo, formações, mutirões de atendimento de demandas, visitas, entre outros. Em todos os casos, há uma ampla mobilização para as atividades, que contam com uma participação expressiva das pessoas atingidas nos territórios assessorados.

O balanço de atividades referente ao período entre março de 2023 a abril de 2024 apontou 14.830 mil participações de pessoas atingidas

em **372 atividades**. Esses Espaços Participativos foram realizadas nos 13 municípios assessorados pela Cáritas Diocesana de Itabira: Rio Casca, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, Sem Peixe, Raul Soares, Dionísio, Marliéria, Bom Jesus do Galho (Revés do Belém), Córrego Novo, Timóteo, Pingo D'Água e Caratinga (Cordeiro de Minas).

Confira, a seguir, os Espaços Participativos realizados pela ATI entre março de 2023 a abril de 2024 e as participações de pessoas atingidas em cada uma das atividades:

Reuniões com as Comissões e pessoas atingidas Atividades: 12 Participantes: 417	Ciclo de reuniões com Comissões Locais Municipais e Territoriais de Atingidos(as) Atividades: 44 Participantes: 621	Assembleias Municipais e Territoriais Atividades: 43 Participantes: 6.920
Intercâmbios Atividades: 03 Participantes: 272	Cartografia Social Atividades: 01 Participantes: 06	Oficinas de Formação Temática Atividades: 02 Participantes: 27
Reuniões com rede de assistência social e saúde dos municípios assessorados Atividades: 06 Participantes: 10	Rodas de Diálogo Atividades: 19 Participantes: 798	Seminário Temático Virtual com o tema "Mulheres Atingidas" Atividades: 01 Participantes: 42
Oficinas de Participação Comunitária (OPCs) Atividades: 36 Participantes: 925	Formação com as Comissões de Atingidos(as) Atividades: 01 Participantes: 22	Reuniões Ampliadas Atividades: 25 Participantes: 3.156
Reunião com a Secretaria Geral da Presidência Atividades: 01 Participantes: 257	Assessoramento Técnico ao Assentamento Chico Mendes II Atividades: 01 Participantes: 02	Mutirão de atendimento itinerante de demandas Atividades: 05 Participantes: 358
Reunião com o Ministério Público de Minas Gerais/CIMOS Atividades: 01 Participantes: 58	Formações com as Comissões de Atingidos(as) Atividades: 03 Participantes: 154	Visitas Técnicas (Psicossocial, Socioambiental e Reconhecimento Territorial) Atividades: 74 Participantes: 86
Visita Técnica junto à defensoria pública e assessoras MPF e MPMG-CIMOS Atividades: 06 Participantes: 52	Acompanhamento das pessoas atingidas em Audiência Pública Municipal e Estadual Atividades: 02 Participantes: 60	Aplicação Mutirão Registro Familiar Atividades: 87 Aplicação de formulários por Núcleo Familiar: 609

Além dos Espaços Participativos, a ATI também realiza, desde março de 2023, outras atividades para sanar dúvidas das pessoas atingidas; uma delas refere-se ao atendimento individualizado e ao registro das demandas informadas, por meio da escuta ativa. Os atendimentos acontecem nos

pontos de apoio, no escritório da entidade e em mutirões itinerantes de atendimento.

Entre março de 2023 a abril de 2024, foram registradas, aproximadamente, **2.790 demandas** a partir do atendimento de 2.282 pessoas atingidas. Os principais temas rela-

cionados aos atendimentos foram: Cadastro, Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) e Programas Indenizatórios (Novel e PIM), representando mais de 80% das dúvidas e demandas.

Notas Técnicas auxiliam as Instituições de Justiça com elementos sobre a realidade das comunidades atingidas

As Notas Técnicas são documentos produzidos pela ATI com intuito de apresentar às Instituições de Justiça informações relevantes sobre a realidade dos Territórios 01 e 02, bem como as demandas das pessoas que vivem nas comunidades atingidas. Por meio dessas Notas, as IJs que atuam no processo de reparação têm acesso às informações a partir de relatos das pessoas atingidas e, também, às recomendações da ATI sobre as demandas apresentadas pelas comunidades.

Confira o tema e o período de finalização de cada uma delas:

Manutenção da qualidade de segurados(as) especiais dos(as) trabalhadores(as) da pesca artesanal, da atividade pesqueira artesanal e assemelhadas (mariscagem etc.) atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, seus afluentes, lagos e lagoas e no litoral do Espírito Santo - Agosto de 2023;

Elementos para auxiliar na reflexão a respeito de critérios democráticos para o acesso a medidas mitigatórias pelas pessoas atingidas pelo rompimento da barragem

de Fundão na Bacia do Rio Doce a partir da realidade dos Territórios 01 (Rio Casca e Adjacências), 02 (Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento) e 4 (Governador Valadares e Alpercata) - Setembro de 2023;

Análise sobre as negativas da Fundação Renova às solicitações de adesão ao Programa de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) efetuadas pelas pessoas atingidas dos territórios de Rio Casca e Adjacências (01) e Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento - Março de 2024;

Águas, territorialidades e direito à informação às pessoas atingidas dos Territórios 01 (Rio Casca e adjacências) e 02 (Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento) - Março de 2024;

Análise Técnica das Demandas registradas pelas pessoas atingidas dos Territórios Rio Casca e Adjacências e no e Território 2 (Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento) no período março de 2023 a abril de 2024 - Abril de 2024;

Análise técnica sobre os Relatórios 58 e 59 de autoria da AECOM, que tratam respectivamente do “Diagnóstico de caracterização da área de interesse” e do “Laudo Pericial da Segurança do Alimento – Produtos Agropecuários” - Abril de 2024;

Análise sobre os danos sofridos pelas mulheres atingidas em razão do rompimento da barragem de Fundão nos oito anos de espera pela reparação integral: desafios e recomendações - Maio de 2024.



Povos e Comunidades Tradicionais atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão lutam por reconhecimento

Desde o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, as comunidades que vivem na Bacia do Rio Doce sofrem diversas mudanças em seus modos de vida. As mudanças estão relacionadas, por exemplo, às atividades com a pesca artesanal, às práticas agrícolas familiares, às atividades de lazer que aconteciam à beira dos rios, córregos e lagoas, aos ritos religiosos e culturais, entre outras.

Nos 13 municípios assessorados pela Cáritas Diocesana de Itabira, as pessoas atingidas estabelecem uma estreita relação com o território e com as águas. Em algumas localidades, esses vínculos são ainda mais fortes e fazem parte da identidade das pessoas. São comunidades que possuem formas próprias de viver e uma relação profunda com o território, o que garante não só o sustento das famílias, mas, também, a manutenção de práticas e tradições ancestrais. Essas comunidades ou grupos integram os chamados Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

O que são Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)?

De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os PCTs *“são grupos cultural e/ou etnicamente diferenciados, que se auto identificam com uma identidade coletiva, possuem formas próprias de organização social, cultural, religiosa, ancestral e econômica”*. São exemplos de PCTs: indígenas, quilombolas, pescadores(as) artesanais, faiscadores(as), ribeirinhos(as), povos de terreiro/matriz africana, geraizeiros(as), vazanteiros(as), ciganos(as), benzedei-ras, ilheiros(as), entre outros.



Foto: Marcelo F. Lima / Cáritas Diocesana de Itabira



Foto: Tainara Torres / Cáritas Diocesana de Itabira

O depósito de mais de 60 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério no Rio Doce trouxe riscos a essa relação de proximidade com os bens naturais. A assessora técnica da equipe de Ciências Agrárias, Isis Dias, explica que *“sendo os PCTs grupos cultural e/ou etnicamente diferenciados, eles possuem modos de vida específicos e, logo, o rompimento os atingiu também a partir de suas especificidades. Com isso, a perpetuação e manutenção dos saberes tradicionais, que são passados pela oralidade, são prejudicados. A partir do momento em que uma comunidade não consegue exercer suas práticas tradicionais, a transmissão dos saberes para a comunidade também é interrompida. São povos que têm uma relação estreita com a natureza, bem como um olhar diferenciado sobre o território onde vivem”*.

Até o momento, nos Territórios 01 e 02, essas comunidades seguem sem reconhecimento e sem reparação pelos danos sofridos. É importante ressaltar que o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) reconhece a existência de danos específicos aos PCTs e afirma que

esses grupos e comunidades têm direito à participação no sistema de governança. Além disso, o Termo prevê um Programa Socioeconômico específico para essas comunidades (PG04 - Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais).

Em abril, a Cáritas Diocesana de Itabira realizou Oficinas de Participação Comunitárias (OPCs) junto a alguns dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) dos Territórios 01 e 02. Os encontros aconteceram nos quilombos de Areião, Surrão, Serra e Bateeiro, em São Domingos do Prata.

Essas Oficinas têm o objetivo de **conhecer a história, as tradições e os elementos que compõem o cotidiano das comunidades**, assim como compreender a realidade das comunidades após quase nove anos desde o rompimento da barragem de Fundão.

Além das declarações de danos em relação às alterações nos modos de vida após o rompimento, os(as) moradores(as) relataram que a Fundação Renova nunca esteve presente nas comunidades. Os PCTs dos territórios assessorados pela Cáritas Diocesana de Itabira nos territórios de Rio Casca e Adjacências e Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento sequer foram cadastrados/reconhecidos no processo de reparação.

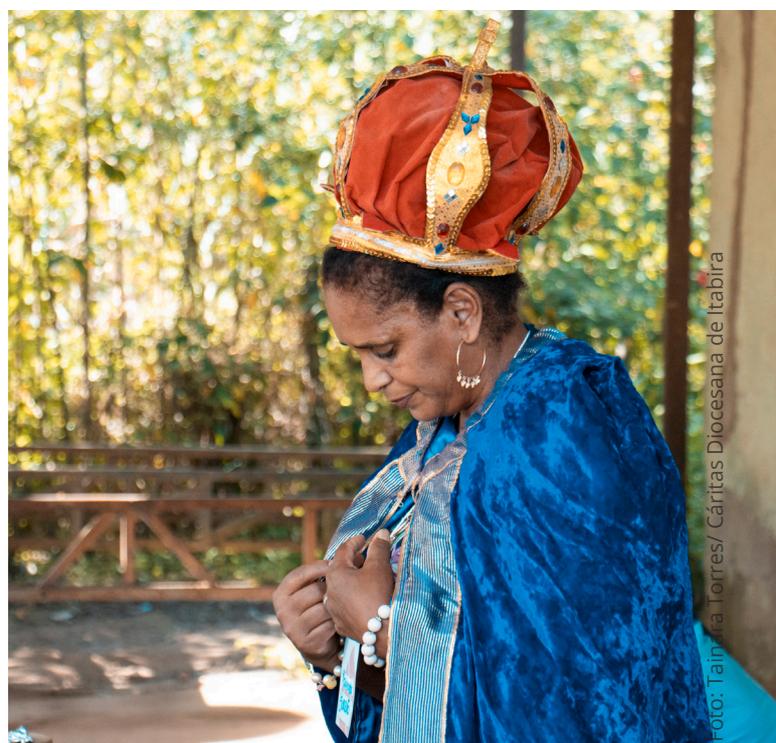


Foto: Tainara Torres/ Cáritas Diocesana de Itabira

Rodas de Diálogo potencializam a organização das comunidades atingidas



Foto: Pedro Henrique Ladeira / Caritas Diocesana de Itabira

As atividades buscam a promoção de espaços de diálogos e a garantia da participação informada a partir de uma escuta ativa e sensível das pessoas atingidas.

Além das reuniões, assembleias, visitas técnicas e atendimentos itinerantes e individuais de demandas, as Rodas de Diálogo são um espaço que tem como objetivo garantir às comunidades atingidas a participação informada e qualificada na busca pela reparação.

Para que isso aconteça, é importante dialogar com as comunidades atingidas sobre temas relacionados às suas vidas e às mudanças causadas pelo rompimento, de modo que estejam sempre informadas e participem ativamente do processo de busca pela reparação integral.

Do início das atividades de campo até abril de 2024 foram realizadas 19 Rodas de Diálogo, que contaram com a participação de **687 participantes**.

Veja os temas das Rodas de Diálogo realizadas até o momento:



Águas e Peixes;



Regularização Fundiária;



Acesso aos programas Cadastro, AFE e Programas Indenizatórios ;



Mulheres, Trabalho e Renda;



Carteirinha de Pesca.

Para Juliana Veloso, Gerente de Auditoria Finalística da ATI, as Rodas de Diálogo visam a transmissão ágil e coletiva de informações à população atingida: “Nesses espaços, são dialogadas com a população atingida temáticas referentes ao processo do Caso Rio Doce, desde conteúdos das decisões à forma como estão sendo executadas as ações do processo de reparação, ou, ainda, como as pessoas podem se organizar para atuar nesse processo de reparação e, assim, serem pessoas ativas na busca de garantia de seus direitos”.

Atividades para Reconhecimento Territorial contribuem com o avanço do trabalho da ATI junto às pessoas atingidas

Diante das grandes dimensões dos Territórios 01 (Rio Casca e Adjacências) e 02 (Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento), compostos por 13 municípios, e dos desafios relacionados a cada um deles, a equipe de Assessoria Técnica Independente (ATI) atuou no reconhecimento territorial das localidades atingidas que ainda não haviam sido identificadas no escopo de atuação do projeto.

As atividades para reconhecimento contribuem para identificar localidades que sofreram danos com o rompimento da barragem de Fundão. Essa identificação é importante para o processo de compreensão das dimensões geográfica, ambiental e social, assim como para ampliar a visibilidade das comunidades atingidas da região, que dependiam do Rio Doce e afluentes, lagos e lagoas como fonte de sustento e reprodução dos seus modos de vida.

No início do projeto de assessoramento da Cáritas Diocesana de Itabira, havia 30 localidades atingidas identificadas no Plano de Trabalho. Atualmente, por meio do processo de escuta das pessoas atingidas e das atividades de localização, esse número já passa de 100.

Mapas e outros instrumentos técnicos auxiliam na visibilidade dos territórios atingidos

O trabalho para reconhecimento territorial resultou na consolidação de um grande acervo com dados georreferenciados, importantes para a atuação da Cáritas Diocesana de Itabira e para o levantamento de informações que subsidiam a busca pela efetivação dos direitos das pessoas atingidas. A coleta, o tratamento e a análise desses dados contribuem para a elaboração e a qualificação de instrumentos técnicos, como notas, ofícios, entre outros.

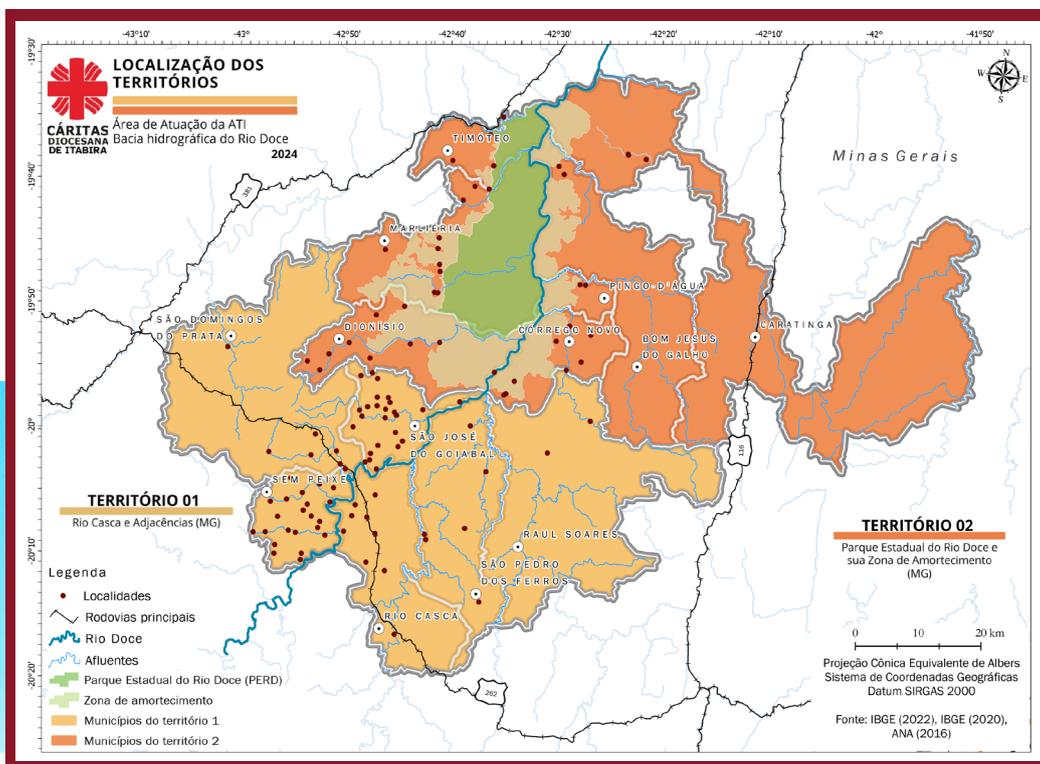


Produção de mapas temáticos, análise de uso e ocupação do solo e comparações estatísticas de dados demográficos são exemplos do que pode ser elaborado a partir desse acervo.

Luiz Eduardo Macedo, Coordenador da equipe Socioambiental, comenta que “a partir das atividades como definição de rotas, mapas e visitas de reconhecimento territorial, foi possível elaborar e desenvolver

diversos produtos com a participação de toda a equipe da assessoria, além de apoiar as demais atividades desenvolvidas no âmbito da ATI”.

As ações para reconhecimento territorial continuarão a ser priorizadas, como forma de contribuir para a construção de relatórios técnicos e outros produtos a serem partilhados com as comunidades, governos e instituições de justiça.



Onde crescem as raízes



Foto: Tainara Torres/ Cáritas Diocesana de Itabira

De longe, quem chega até a casa de dona Dalva já a reconhece imediatamente. O sorriso que convida, acolhe, cativa, transborda e afaga atravessa a porteira antes mesmo das mãos permitirem a entrada no lugar que ela escolheu para viver e se reconhecer no mundo. O vapor do café quentinho à mesa reflete o aconchego que é viver exatamente onde o corpo pertence.

A comunidade de Limeira está localizada a mais de 170 quilômetros de distância de Bento Rodrigues, primeira comunidade atingida pelos rejeitos da barragem de Fundão, em 2015. Apesar da distância, quem vive aqui também sente, todos os dias, o que é conviver com os danos causados às comunidades que tentam se reerguer há quase nove anos desde o rompimento.

“Tenho o calor desta terra”

Veza ou outra, a voz de dona Dalva se completa ao som dos pássaros que pairam ao redor para cumprir, sem exceção, uma rotina constante: pousar no pé de goiaba que fica bem ali, à porta de entrada da casa: *“Sou muito feliz. Fui criada aqui, nasci aqui, eu tenho o calor desta terra! Quando chego naquela porteira, meu corpo muda todo. Sei os caminhos todos nesses altos dessas matas”,* explica

ela, rompendo com as certezas de qualquer um que possa pensar o contrário.

“Se você vier cedinho, você conta mais de 100 canários desses amarelos, tem que contar depressa, se não você não conta. Fica amarelinho aquele chão ali, no tempo da goiaba, com passarinhos o dia inteiro comendo. Amanhecer num paraíso desse, você quer mais o quê?”.

Aos 70 anos e, desses, 60 de muito trabalho, ela é atravessada pelo encantamento de viver ali, mas não esconde que há uma rotina intensa e que persiste ao longo de toda a vida. Fazer o queijo, o requeijão, a comida, bater o pasto, fazer a cerca, capinar a roça, alimentar as galinhas, os porcos, os bezerros, os bois e as vacas, os pássaros, os cachorros e quem por ali mais estiver. Lavar o chiqueiro, buscar e picar a lenha, tirar o leite, catar os ovos, prender os porcos, plantar o capim e o milho, raspar o curral, cuidar da casa. No ritmo do dia, podem ser incluídas ainda inúmeras outras tarefas e, para saber que o serviço foi bem feito, segundo ela, é bem simples: no caso dos animais, o silêncio conta que está tudo bem, “as criação tá tudo calado, então não tem ninguém com fome, está todo mundo já abastecido.”

Rotina descontinuada

Na memória, ela recorre ao quanto é bonito viver onde as boas lembranças estão por toda parte, com os netos, filhas, o cuidado que teve com a mãe, que só dormia segurando a mão de dona Dalva. Não demora, ela conta do ofício de vaqueira, que aprendeu com o pai ainda na infância, um orgulho da profissão que, facilmente, salta os olhos.

Embora as recordações e o tempo presente retratem a felicidade de viver ali, hoje ela precisa lamentar as alterações causadas pelo rompimento, principalmente no que diz respeito à água que, como reforça a todo tempo, é a base para manter a rotina que tanto a cativa, seja para cuidar dos animais, para o cuidado com a casa ou no plantio.

“A água tá muito difícil, aqui ela é nascida, então eu já criei até tilápia nesse trem aí, mas agora a água baixou muito. [Antes, a água] era limpa, mas agora tem um pó preto e eu não sei porque tá assim. O poço na casa da minha menina tá dando uma água com ferrugem e os córregos de Limeira acabou. Nós tomava muito banho nesses córregos aqui, agora não acha poço, acha um corregozinho ralinho. A água tá suja e ainda tá pouca.”

Se, de um lado, há o cultivo cuidadoso da terra e o respeito pela natureza, por outro, o choque é evidente: a ganância das empresas responsáveis pela mineração exploratória, como a Vale/Samarco/BHP, é capaz de alterar os modos de vida de quem jamais imaginou ter que lidar com os danos causados por um rompimento de barragem de rejeitos, como a de Fundão.

“Eles falam que o Rio Doce daqui é muito longe para poder causar isso na água, mas se você vê de buraco que tem no córrego e o tanto que afundou, aqui nunca teve esse trem não. Esse trem quebrou demais, você não acha poço de pescar nem tomar banho. Era poço mais alto que um homem, tinha que ter cuidado para tomar banho, porque era perigoso. Tocava moinho a água aqui, agora a água não serve nem pra tomar. E se você tomar banho nela, dá um problemzinho na pele, não sabe se é sujeira, se é ferrugem. Se um dia a gente descobrir, é bom, porque a gente tá bebendo.”

Como se não fosse suficiente a escassez da água, ainda há os danos à saúde. *“Aparece assim, um calor na pele da pessoa, se ficar tomando banho nessas águas aqui, adoece. Peguei da chuva, ontem,*

para poder ter uma água mais limpa, porque até para lavar varanda com a outra, fica amarelinha. Não dá para fazer comida, até um café, você não pode fazer”, explica, e lembra da saudade: *“nós tomamos banho demais nesse córrego aqui, juntava era meninada dia de domingo e pulava na água. Era banho de córrego o dia inteiro e pescando”.*

“É uma força a mais que a gente tem”

Apesar de, no início, ter questionado se teria condições de acompanhar as reuniões da Assessoria Técnica Independente junto às pessoas atingidas que buscam por um processo de reparação justo, dona Dalva finaliza explicando como os momentos são fundamentais para entender melhor tudo que está acontecendo:

“A gente abriu o espaço, né? Foi muito bom, a reunião me ajuda demais, porque é uma força a mais que a gente tem. A gente toma mais experiência, conhece mais pessoas e, se não tirar tempo, ninguém faz nada na vida. E a Renova tá aí ó, olha os prejuízos, tem oito anos, desdobrou em muita coisa; e agora, pra reformar isso? Só Deus pra ajudar nós. A gente tem que ficar lutando”.

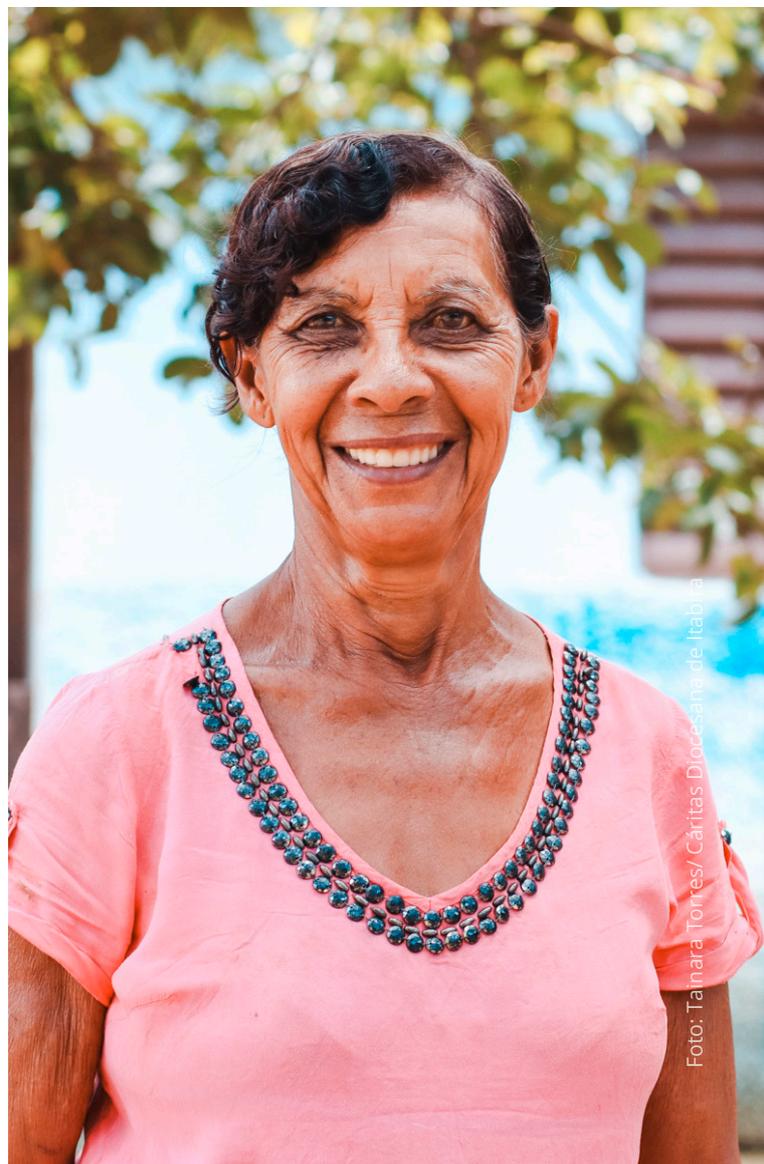


Foto: Tainara Torres/ Caritas Diocesana de Itabira